

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
(Do Sr. Luiz Alberto)

Solicita a realização de Audiência Pública a ser organizada conjuntamente pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, Comissão de Amazônia e de Desenvolvimento Regional e Comissão de Minas e Energia, com a participação do Diretor de Energia e Gás da Petrobrás, Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, Representante do Ministério do Meio Ambiente, Presidente do IBAMA, Representante da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas e Representante da Universidade Federal da Amazônia, a fim de debater a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário da Comissão de Defesa do Consumidor, Minorias e Meio Ambiente e da Comissão de Amazônia e de Desenvolvimento Regional, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião conjunta de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada:

- 1 – Diretor de Energia e Gás da Petrobrás
- 2 – Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
- 3 – Representante do Ministério do Meio Ambiente
- 4 – Presidente do IBAMA
- 5 – Representante da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas
- 6- Representante da Universidade Federal Rural da Amazônia

JUSTIFICATIVA

O gasoduto que deverá levar o gás natural de Urucu no Amazonas para a capital rondoniense, ainda é objeto de muita polêmica e controvérsia. Um argumento levantado por várias entidades ambientalistas é a de que o gasoduto será construído em área intacta e vulnerável da floresta Amazônica. Além disso, há ainda a colocação de que existem outras alternativas a serem estudadas para o abastecimento de Porto Velho, com custos ambientais menores. De acordo com especialistas, uma possibilidade seria a de trazer o gás natural da Bolívia, através do traçado da rodovia Cuiabá- Porto Velho.

De outra parte, segundo a Petrobrás, o material resultante do desmatamento será utilizado como camada orgânica no local depois da montagem do gasoduto. Um exemplo ilustrativo do sucesso deste procedimento é a rápida recomposição da floresta após a construção gasoduto Urucu-Coari, concluído em 1998. De acordo com a Empresa, apenas dez meses após a finalização das obras houve uma recuperação natural da área, com a aplicação desta técnica. A favor da construção do gasoduto, há ainda a alegação de que a Petrobrás possui a capacidade tecnológica e experiência em gestão ambiental para reduzir os riscos de acidentes a níveis mínimos.

Por último, deve-se ainda atentar para a questão da qualidade de vida das populações tradicionais que habitam a região. A problemática está na hipótese de que uma possível ocupação humana desordenada ao longo do gasoduto possa afugentar a caça e a pesca, base da alimentação desses grupos.

Desta feita, indispensável aprofundar a discussão da matéria em tela, a fim de possibilitar uma análise mais atenta de todos os aspectos envolvidos na questão. Assim, soma-se essa iniciativa aos requerimentos Nº 81/03 e Nº109 de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, já aprovados na Comissão de Amazônia e de Desenvolvimento Regional, e Minas e Energia, respectivamente, envolvendo também a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, neste debate de interesse público expressivo.

Sala da Comissão, de setembro de 2003

Luiz Alberto
Deputado Federal PT/Ba

